

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO COM HIV EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Amanda Brasil Basílico da Costa¹; Ana Clara Carvalho Antunes¹; Anna Carolina Pinho da Silva¹; Carolina Sunny Azevedo¹; Daniel Henrique Roque Militão do Nascimento¹; Flavia Machado Soares²; Guilherme de Souza Lima¹; Leandro Vairo³; Maria Eduarda Vieira¹; Maria Luiza Ribeiro Figueira¹; Rafael Almeida de Araújo Pângaro¹; Rychele Bastos Amâncio¹; Thylleman Hotz Ceolan¹; Wallace Araújo de Souza¹

1 Discentes do Curso de Medicina, UNIFESO

2 Preceptor do Curso de Medicina do eixo prático, Curso de Medicina, UNIFESO

3 Professor do Curso de Medicina do eixo teórico, Curso de Medicina, UNIFESO

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre vulnerabilidade social e a infecção por HIV, com foco na população jovem residente em Teresópolis, Brasil. A pesquisa destaca que a vulnerabilidade social, caracterizada por fatores como pobreza, baixa escolaridade e acesso limitado a serviços de saúde, está fortemente associada ao aumento da incidência de HIV. Utilizando dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o artigo analisa o perfil sociodemográfico dos indivíduos afetados, evidenciando a complexa interação entre determinantes sociais, econômicos e de saúde. Os resultados indicam que, apesar do conhecimento sobre as formas de transmissão do HIV, muitos jovens permanecem expostos a comportamentos de risco, influenciados por estigmas sociais e condições de vida adversas. O estudo conclui com a necessidade de intervenções educativas e políticas públicas integradas que abordem as especificidades culturais e sociais dessa população, visando não apenas a prevenção do HIV, mas também a promoção do bem-estar social e emocional.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social; Saúde pública; Determinantes sociais; HIV

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social é um conceito que abrange a possibilidade de adoecimento não apenas pelos aspectos individuais, mas também pelo coletivo. Dessa forma, para compreender os processos que levam às enfermidades, faz-se necessário observar o indivíduo como um todo, considerando a sua relação com os fatores de risco, as questões emocionais, sociais, econômicas e culturais que o inserem em um contexto propício para o desenvolvimento de determinada doença (SOARES et al., 2017).

Um exemplo marcante dessa vulnerabilidade é a infecção pelo HIV, que continua sendo um desafio de saúde pública em todo o mundo, afetando milhões de pessoas e exacerbando desigualdades sociais existentes. Essa infecção não é apenas uma questão de comportamento individual, mas está enraizada em fatores socioeconômicos que influenciam a capacidade das pessoas de se protegerem e de acessarem cuidados adequados (UNAIDS, 2022). Indivíduos em situação de vulnerabilidade enfrentam condições adversas, incluindo baixa renda, falta de escolaridade, desemprego e acesso limitado a serviços de saúde, que os tornam mais suscetíveis à infecção e dificultam a adesão ao tratamento (SILVA et al., 2020).

O HIV, vírus da imunodeficiência humana, é um retrovírus que ataca células de defesa do organismo, como os linfócitos CD4. Ao comprometer esses componentes, o corpo humano entra em estado de imunocomprometimento, propiciando as mais diversas infecções oportunistas (GOMES & LIMA, 2019). No Brasil, apesar das inúmeras campanhas, cerca de 1 milhão de pessoas vivem com HIV, das quais 62,8% são pessoas negras (BRASIL, Ministério da Saúde, 2023). Nesse viés, pode-se notar como a etnia e os desafios que a permeiam são notáveis no processo de adoecimento, refletindo uma interseção entre racismo estrutural e vulnerabilidade à saúde (SANTOS & OLIVEIRA, 2021).

A pobreza, em particular, é um dos principais determinantes sociais de saúde e contribui para a exposição a comportamentos de risco, como a prática de sexo sem proteção e o uso de substâncias indevidas (BRANCHINI et al., 2018). Dados do Boletim Epidemiológico HIV/AIDS (2019) do Ministério da Saúde também reforçam essa ligação entre a pobreza e maior prevalência de HIV, ressaltando que as áreas periféricas, com menor acesso a serviços essenciais e políticas de prevenção, registram as maiores taxas de infecção. Além disso, o estigma social e a discriminação estrutural criam obstáculos que dificultam o acesso de populações vulneráveis a tratamentos eficazes e informações preventivas, como a PrEP (profilaxia pré-exposição), agravando ainda mais a disseminação do vírus (COSTA et al., 2020).

A falta de educação é outro aspecto importante a ser analisado no contexto social de vulnerabilidade e risco para o HIV. Pessoas com rebaixamento escolar possuem pouca informação sobre a doença e suas formas de transmissão, o que resulta em maior dificuldade de compreensão de campanhas preventivas e uma percepção inadequada de risco, bem como menor adesão ao tratamento, contribuindo para a propagação do vírus (SOARES et al., 2017). Além disso, a falta de informação adequada sobre métodos de prevenção, como o uso de preservativos, e o estigma que envolve a doença fazem com que muitos evitem procurar serviços de saúde devido ao medo de sofrerem discriminação e isolamento social. Esse quadro é evidenciado pelo preconceito, que atinge principalmente grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+ e a população negra, que em grande parte vive nas áreas mais pobres da cidade. Estudos realizados por instituições como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) indicam que os jovens de comunidades de baixa renda estão entre os grupos mais impactados, apresentando altas taxas de infecção entre pessoas de 15 a 24 anos (SILVA & MENDONÇA, 2022).

A infecção pelo HIV continua a ser um desafio significativo de saúde pública, especialmente entre a população jovem, que enfrenta uma série de fatores que aumentam sua vulnerabilidade. Em Teresópolis, a vulnerabilidade social se destaca como um fator determinante para o aumento da incidência do HIV entre os jovens. Condições como a precariedade no acesso à educação, dificuldades econômicas, instabilidade no

núcleo familiar e a limitação no acesso a serviços de saúde de qualidade contribuem diretamente para a maior exposição desses indivíduos a comportamentos de risco. Além disso, jovens em situação de vulnerabilidade social podem ser mais suscetíveis ao uso de substâncias psicoativas e à prática de relações sexuais desprotegidas, intensificando ainda mais o risco de contaminação.

Diante desse contexto, é fundamental investigar as características sociodemográficas e socioeconômicas da população jovem com HIV acompanhada pela DVE de Teresópolis. A compreensão dessas características permitirá uma análise mais aprofundada de como as condições de vulnerabilidade social influenciam a maior incidência de HIV nessa população. A associação entre vulnerabilidade socioeconômica e maior exposição ao HIV evidencia a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a redução dessas desigualdades, com o intuito de promover maior conscientização e acesso a serviços de saúde, visando, assim, a proteção e o bem-estar dos jovens em risco.

JUSTIFICATIVA

A escolha desta temática se fundamenta na relevância crescente de compreender os determinantes sociais que influenciam a disseminação do HIV, especialmente em populações em situação de vulnerabilidade. No Brasil, o HIV é um grave problema de saúde pública, e o município de Teresópolis reflete muitos dos desafios estruturais que afetam o controle da epidemia. Estudos realizados no CTA de Arcoverde, Pernambuco, mostram que a maioria dos usuários está desempregada ou trabalha apenas em casa, e tem baixo nível de escolaridade, fatores que agravam a vulnerabilidade social e aumentam o risco de infecção por HIV (DE JESUS VERAS et al., 2020).

A vulnerabilidade social, que engloba fatores como pobreza, baixa escolaridade, desemprego e acesso limitado aos serviços de saúde, está fortemente associada a comportamentos de risco e à maior exposição ao HIV (DE JESUS VERAS et al., 2020). Além disso, barreiras como o estigma e a discriminação dificultam a busca por cuidados, especialmente entre jovens, mulheres grávidas, negros e a comunidade LGBTQIA+. Portanto, o aprofundamento na análise das condições socioeconômicas do presente trabalho permite detectar as causas da desigualdade no acesso aos serviços de saúde e propor intervenções mais eficazes.

Portanto, este estudo é justificado pela necessidade de fornecer um mapeamento detalhado das condições de vulnerabilidade enfrentadas pela população jovem com HIV em Teresópolis, a fim de contribuir para a formulação de estratégias de saúde pública que reduzam as barreiras ao tratamento e à prevenção. Ao destacar as interseções entre desigualdade social e saúde, este trabalho busca subsidiar ações que integrem as políticas de saúde com abordagens mais amplas de inclusão social, promovendo a melhoria da qualidade de vida e a redução da incidência de HIV entre os grupos mais afetados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise deste estudo abordará a interseção entre vulnerabilidade social e a incidência do HIV entre a população da Teresópolis, com foco nas características sociodemográficas e socioeconômicas que influenciam essa dinâmica. Inicialmente, discutiu-se o conceito de vulnerabilidade social, que abrange fatores como precariedade no acesso à educação, dificuldades econômicas, instabilidade no núcleo familiar e limitação no acesso a serviços de saúde de qualidade. Esses elementos são cruciais para entender como eles contribuem para a maior exposição dos jovens a comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas e a prática de relações sexuais desprotegidas, que intensificam o risco de contaminação pelo HIV.

Além disso, foram analisados estudos anteriores que evidenciaram a relação entre vulnerabilidade socioeconômica e a maior incidência de HIV. Por exemplo, a pesquisa de FONSECA et al. (2021) destaca como as condições de vida precárias impactam negativamente a saúde geral e a capacidade de gerenciamento das condições de saúde. MARTINS & ALMEIDA (2023) complementam essa visão ao enfatizar a necessidade de abordagens integradas que considerem não apenas a saúde individual, mas também as condições sociais e econômicas que moldam a vida das pessoas.

A análise dos trabalhos de DE JESUS VERAS et al. (2020) foi fundamental, pois eles mostram que a maioria dos usuários de serviços de saúde em contextos vulneráveis apresenta baixo nível de escolaridade e desemprego, fatores que agravam a vulnerabilidade social e aumentam o risco de infecção por HIV. Essa correlação entre os estudos permitirá uma compreensão mais abrangente das dinâmicas que cercam a população jovem com HIV em Teresópolis, evidenciando a urgência de políticas públicas que visem a redução dessas desigualdades e a promoção de um acesso equitativo aos serviços de saúde.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- identificar o perfil sociodemográfico dos pacientes HIV que são acompanhados pela DVE do Município de Teresópolis.

Objetivos Específicos:

- Descrever as características demográficas dos pacientes HIV acompanhados pela DVE de Teresópolis;
- Investigar a distribuição geográfica dos pacientes HIV no município;
- Identificar os níveis de escolaridade e profissão dos pacientes HIV;
- Analisar as condições socioeconômicas dos pacientes HIV;
- Investigar as barreiras de acesso a cuidados de saúde enfrentadas pelos pacientes HIV.

METODOLOGIA

Tipo de Estudo

Este estudo caracteriza-se como uma análise descritiva e retrospectiva, focando nos casos de AIDS notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) durante os anos de 2023 e 2024. A abordagem descritiva permite uma compreensão abrangente das características sociodemográficas e socioeconômicas dos pacientes, enquanto a natureza retrospectiva possibilita a análise de dados já coletados, facilitando a identificação de padrões e tendências ao longo do tempo.

População e Amostra

A população-alvo deste estudo inclui todos os casos de AIDS notificados no estado do Rio de Janeiro, Brasil, especificamente no município de Teresópolis, durante o período de 2023 a 2024. A amostra foi composta por 75 casos confirmados de AIDS, sendo 43 casos registrados em 2023 e 32 casos em 2024. A escolha

do município de Teresópolis se justifica pela sua diversidade socioeconômica e pela presença de comunidades em situação de vulnerabilidade, o que permite uma análise mais aprofundada das condições que contribuem para a incidência do HIV.

Coleta de Dados

Os dados foram coletados a partir do banco de dados do Sinan NET, uma plataforma oficial do Ministério da Saúde do Brasil, que se destina à notificação de doenças e agravos. As variáveis analisadas incluíram a faixa etária, que foi categorizada em grupos etários (como 15-19, 20-34, 35-49, 50-64 e 65-79 anos), para identificar a prevalência da infecção entre diferentes idades. Também foi realizada a identificação do sexo dos pacientes, permitindo a análise de possíveis disparidades de gênero na infecção. A coleta de dados focou também na escolaridade dos pacientes, permitindo a análise da relação entre o nível educacional e a vulnerabilidade ao HIV. Além disso, foi feita uma categorização racial para investigar a relação entre raça e vulnerabilidade de pessoas soropositivas. A análise incluiu o município de residência, o que possibilitou mapear a distribuição geográfica dos casos, além do bairro de residência, permitindo uma análise mais granular das condições locais que podem influenciar a saúde. A zona de residência foi classificada em áreas urbanas ou rurais, facilitando a comparação das condições de vida. Por fim, foi realizado o acompanhamento do estado de saúde dos pacientes, categorizando-os como “vivo” ou “óbito”, e especificando se o óbito ocorreu em decorrência da AIDS ou de outras causas.

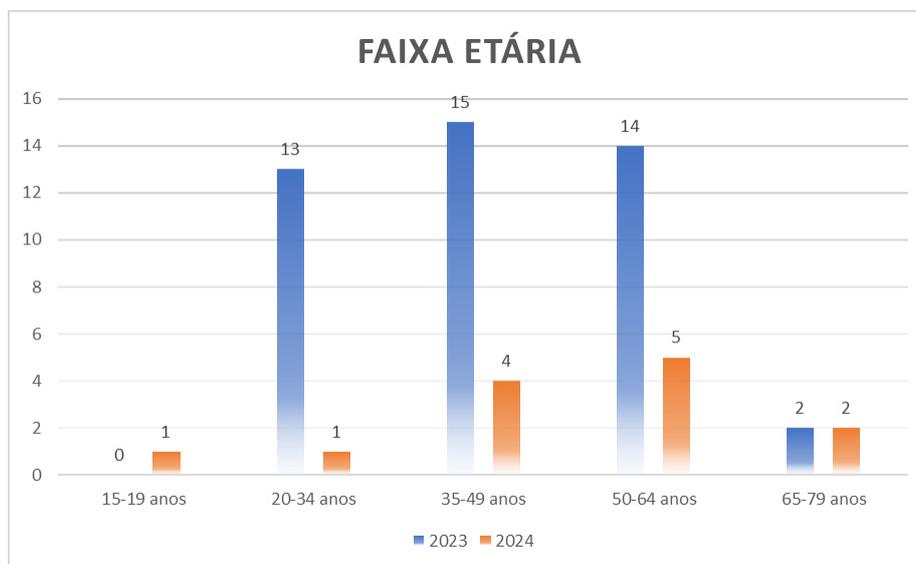
Análise estatística

Os dados foram analisados utilizando software estatístico apropriado (Sinan NET), que permite a realização de análises descritivas e inferenciais. As análises incluíram a comparação de casos entre os anos de 2023 e 2024, utilizando testes estatísticos para determinar a significância das diferenças observadas. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos para facilitar a visualização e interpretação dos dados.

CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DOS PACIENTES HIV ACOMPANHADOS PELA DVE DE TERESÓPOLIS

A análise dos dados coletados revela tendências importantes na distribuição de casos de AIDS entre diferentes faixas etárias, gêneros e regiões geográficas, bem como perfis socioeconômicos e comportamentais específicos. Em relação à faixa etária, conforme mostrado na figura 1, os dados de 2023 e 2024 indicam uma concentração significativa de casos entre adultos de 35 a 49 anos e 50 a 64 anos, evidenciando que a infecção tem uma prevalência maior em faixas etárias intermediárias. Este padrão pode refletir tanto fatores de exposição contínua quanto lacunas em estratégias preventivas direcionadas a indivíduos de meia-idade.

Figura 1- Gráfico mostrando a relação da distribuição do número de casos em relação a faixa etária nos anos 2023 e 2024.



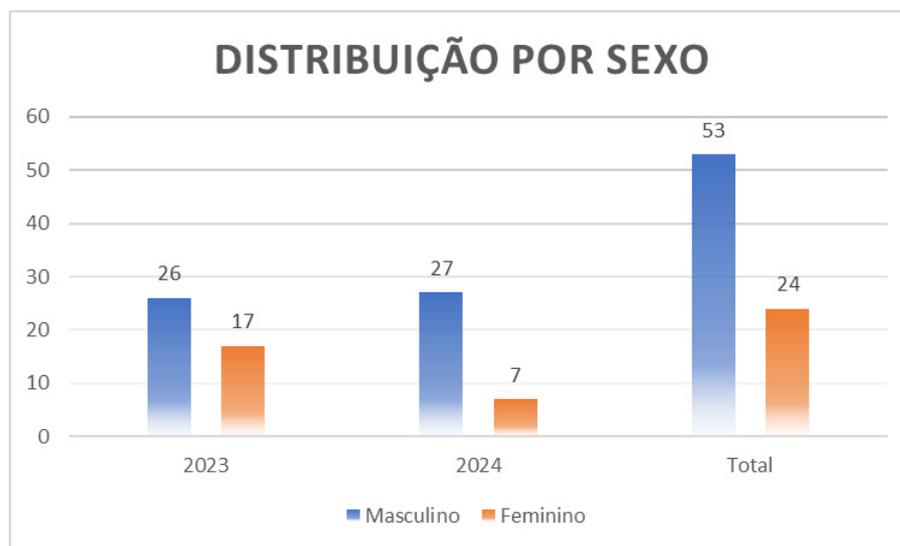
O comportamentos de risco, como múltiplos parceiros sexuais e a falta de uso de proteção durante relações sexuais. Além disso, a normalização de práticas sexuais de risco ao longo do tempo pode contribuir para a maior incidência de infecções por HIV, onde apresentou estudos que indicam a percepção de risco sendo menor em populações mais velhas, levando a uma menor utilização de métodos de prevenção, como preservativos.

Outro aspecto relevante é o diagnóstico tardio, que está frequentemente associado a essa faixa etária. Muitos indivíduos podem não se submeter a testes regulares, especialmente se não apresentam sintomas, o que resulta em um diagnóstico tardio da infecção por HIV. Essa situação está relacionada a uma maior morbimortalidade, uma vez que a infecção pode progredir para AIDS antes que o tratamento seja iniciado. (SAÚDE, 2024)

Ademais, a acessibilidade e a qualidade dos serviços de saúde desempenham um papel crucial. De acordo com o estudo realizado por Medeiros *et al* (2023) mostrou que indivíduos entre 35 e 50 anos podem enfrentar barreiras no acesso a serviços de saúde, incluindo estigmas associados ao HIV e à AIDS, que podem desencorajar a busca por cuidados. Fatores sociais e econômicos, como crises financeiras e desigualdades, também podem impactar a saúde e o bem-estar dessa população, sendo que a pressão econômica ainda pode levar a comportamentos de risco, como o uso de drogas, que estão associados ao aumento da transmissão do HIV. (TAVARES *et al.*, 2021).

Em termos de distribuição por gênero, observou-se conforme ilustrado na figura 2, que homens representam uma proporção maior de casos em ambos os anos analisados. Este dado sugere que homens podem estar mais expostos ao risco ou menos acessíveis às intervenções de prevenção de HIV/AIDS, indicando uma possível necessidade de estratégias mais direcionadas a esse grupo.

Figura 2- Figura mostrando a relação do número de casos e a distribuição por sexo nos anos 2023 e 2024.



A predominância de homens entre os casos de HIV sugere que eles podem estar mais expostos a comportamentos de risco, como a prática de sexo sem preservativo, ou que enfrentam barreiras que dificultam o acesso a serviços de saúde e prevenção. Segundo o estudo conduzido por Rosário *et al* (2024) apontou que os homens, especialmente aqueles que se identificam como homens que fazem sexo com homens (HSH), frequentemente enfrentam estigmas sociais e discriminação, o que pode levar a uma menor busca por serviços de saúde. Essa realidade é preocupante, pois a falta de acesso a informações e recursos de prevenção pode resultar em uma maior incidência de infecções por HIV. Além disso, normas de masculinidade que desencorajam a vulnerabilidade e a busca por cuidados de saúde podem contribuir para essa disparidade, perpetuando um ciclo de risco e infecção.

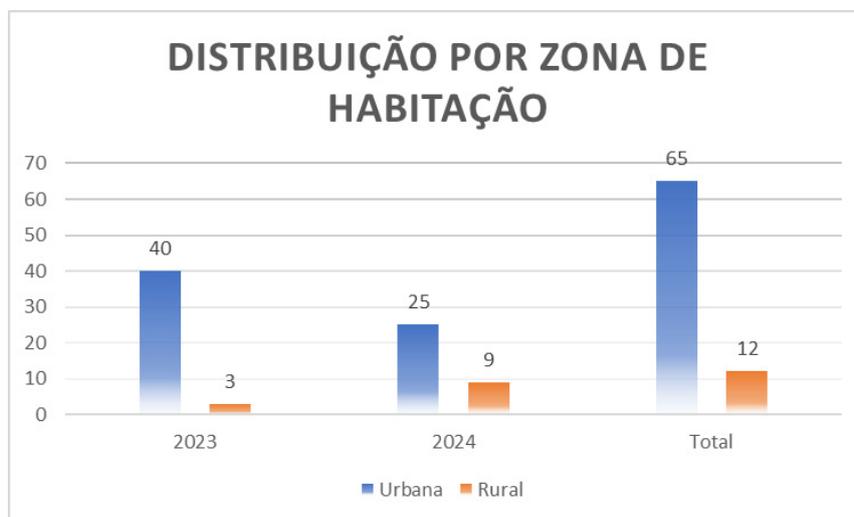
A necessidade de estratégias de prevenção mais direcionadas a homens é evidente. Programas de saúde pública devem ser adaptados para abordar as especificidades desse grupo, promovendo a educação sobre práticas sexuais seguras e a importância do uso de preservativos. A profilaxia pré-exposição (PrEP) também deve ser amplamente divulgada e acessível, uma vez que pode ser uma ferramenta eficaz na redução da transmissão do HIV entre populações de alto risco. (ROCHA *et al.*, 2013).

Além disso, é crucial que as intervenções considerem o contexto sociocultural dos homens. Campanhas de conscientização que desafiam estereótipos de gênero e promovam um ambiente de aceitação podem incentivar mais homens a buscar serviços de saúde, fazendo com que se promova a inclusão de homens em discussões sobre saúde sexual e reprodutiva, fundamental para desestigmatizar a busca por cuidados e promover comportamentos de prevenção. (GUIMARÃES *et al.*, 2018)

Distribuição Geográfica dos Pacientes HIV Positivos no Município

A distribuição geográfica aponta para uma predominância dos casos na zona urbana, com maior incidência nos bairros da Várzea e São Pedro. Esses bairros podem estar mais expostos ao HIV devido a fatores socioeconômicos, sugerindo que intervenções de saúde pública poderiam focar em campanhas específicas para áreas urbanas e densamente povoadas.

Figura 3- Gráfico mostrando a relação do número de casos de HIV por zonas de habitação da cidade de Teresópolis nos anos 2023-2024.



Um dos principais fatores que contribuem para a maior prevalência de HIV em zonas urbanas é a mobilidade populacional. De acordo com Beyer *et al* (2016), as cidades atraem migrantes em busca de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida, mas essa migração pode resultar em uma maior exposição a comportamentos de risco, como relações sexuais desprotegidas e uso de drogas injetáveis. Além disso, a urbanização pode levar à fragmentação social, onde comunidades se tornam menos coesas, dificultando a implementação de redes de apoio e a disseminação de informações sobre prevenção e tratamento do HIV. (PARKER *et al.*, 2019)

Outro aspecto relevante é a desigualdade socioeconômica que frequentemente caracteriza as áreas urbanas. A presença de favelas e comunidades marginalizadas em grandes cidades pode resultar em um acesso limitado a serviços de saúde, educação e informação sobre HIV (WHO., 2022). A falta de recursos e infraestrutura adequada pode levar a diagnósticos tardios e à progressão da infecção, aumentando a morbimortalidade entre os indivíduos afetados. Outrora, o estigma associado ao HIV e à AIDS pode ser exacerbado em ambientes urbanos, onde a discriminação pode ser mais visível e impactar a disposição das pessoas em buscar cuidados. (GOVENDER., 2021)

A urbanização também está associada a mudanças nos comportamentos sociais e nas dinâmicas de relacionamento. A maior exposição a novas culturas e estilos de vida pode influenciar as práticas sexuais, levando a um aumento na incidência de comportamentos de risco. A normalização de práticas sexuais não seguras, especialmente entre populações jovens, pode ser um fator crítico na propagação do HIV em áreas urbanas. (SHARMA., 2015).

Níveis de Escolaridade e Profissão dos Pacientes Hiv

No que tange ao nível educacional, a maioria dos casos foi registrada em indivíduos com escolaridade ignorada ou em branco, com uma fração considerável entre aqueles com escolaridade limitada (até o ensino fundamental incompleto). Esse perfil indica uma possível correlação entre baixo nível de instrução e maior vulnerabilidade ao HIV, ressaltando a importância de ações educativas em populações com menor escolaridade para ampliar a conscientização sobre o tema.

A análise dos dados sociodemográficos revelou um padrão em que a maioria dos casos de infecção por HIV concentrou-se em indivíduos com informações sobre escolaridade ausentes ou incompletas, além de uma

proporção significativa daqueles com escolaridade limitada ao ensino fundamental. Essa associação entre baixo nível educacional e maior vulnerabilidade ao HIV reforça achados de estudos anteriores (PEREIRA et al., 2022) e sugere a necessidade de estratégias de prevenção direcionadas a populações com menor acesso à educação.

O aumento progressivo no registro de casos entre indivíduos com menor escolaridade, conforme evidenciado no trecho, reflete uma tendência preocupante que sugere uma correlação entre o nível educacional e a incidência do agravo. Em 1999/2000, 74% dos casos registrados pertenciam a pessoas com escolaridade limitada, seja por serem analfabetos ou por terem completado apenas o ensino fundamental, enquanto apenas 26% possuíam mais de 11 anos de escolaridade ou ensino superior. (BRASIL, 2017)

Esses dados indicam que a falta de educação formal pode ser um fator de risco importante para o agravo, possivelmente relacionado ao acesso reduzido à informação sobre prevenção e cuidados, além de refletir desigualdades socioeconômicas mais amplas que dificultam o enfrentamento da doença. Essa relação destaca a necessidade de políticas públicas direcionadas à educação e à conscientização, que possam melhorar a qualificação da população e reduzir as disparidades no acesso à saúde e na efetividade das ações preventivas. (MOTTA et al., 2018)

A análise demográfica e social das notificações evidencia que uma grande parte dos casos (72,5%) corresponde à população branca, com 18,2% possuindo apenas o ensino médio completo, 21,2% atuando como donas de casa e 32,6% sendo gestantes. Esses dados apontam para uma intersecção de fatores sociais que podem estar associados ao agravamento da situação de saúde em questão. O desafio destacado na análise é a necessidade de abordar as determinações sociais do agravo, como escolaridade, renda, ocupação e relações de gênero, que influenciam diretamente o acesso à prevenção, tratamento e a efetividade das políticas públicas. A compreensão dessas variáveis é fundamental para um enfrentamento mais eficaz e para a redução das desigualdades sociais que impactam a saúde da população. (RODRIGUES et al., 2021)

Entre os perfis ocupacionais, um número expressivo de casos foi classificado como ocupação ignorada ou entre ocupações informais, como dona de casa e estudante. Esses dados sugerem que indivíduos com ocupações mais informais ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem ter menos acesso a informações preventivas e recursos de saúde.

A relação entre ocupação e a saúde de pacientes vivendo com HIV é um tema crucial, uma vez que a ocupação não apenas fornece uma fonte de renda, mas também influencia o acesso a cuidados de saúde e a qualidade de vida. Indivíduos em empregos formais geralmente têm melhor acesso a serviços de saúde e benefícios, facilitando a adesão ao tratamento antirretroviral (TARV) (SILVA et al., 2021). Em contrapartida, aqueles em empregos informais enfrentam barreiras significativas, como a falta de seguro saúde e horários de trabalho inflexíveis, que dificultam a busca por tratamento. Essa disparidade no acesso pode resultar em desfechos de saúde desiguais, perpetuando um ciclo de vulnerabilidade entre os trabalhadores mais marginalizados. (GARCIA et al., 2022)

Além disso, o estigma associado ao HIV no ambiente de trabalho pode levar à discriminação, impactando negativamente a saúde mental e a adesão ao tratamento dos indivíduos. A promoção de ambientes de trabalho inclusivos e a implementação de políticas que protejam os direitos dos trabalhadores são essenciais para mitigar esses efeitos negativos (GARCIA et al., 2022). De acordo com Kalichman et al (2022), programas que promovem a inclusão no mercado de trabalho e oferecem suporte psicológico podem melhorar a qualidade de vida dos pacientes com HIV, enquanto campanhas de conscientização podem ajudar a reduzir o estigma, sendo fundamental que as estratégias de prevenção e tratamento do HIV considerem a intersecção entre emprego e saúde, visando promover o bem-estar de todos os trabalhadores, independentemente de seu status sorológico.

Comportamento sexual

Em relação ao comportamento sexual, os dados indicam que a maioria dos casos envolve indivíduos que reportaram ter relações apenas com homens ou apenas com mulheres, com uma minoria engajada em relações com ambos os gêneros. Além disso, um número limitado de casos está associado ao uso de drogas injetáveis, embora essa categoria inclua muitos dados não especificados.

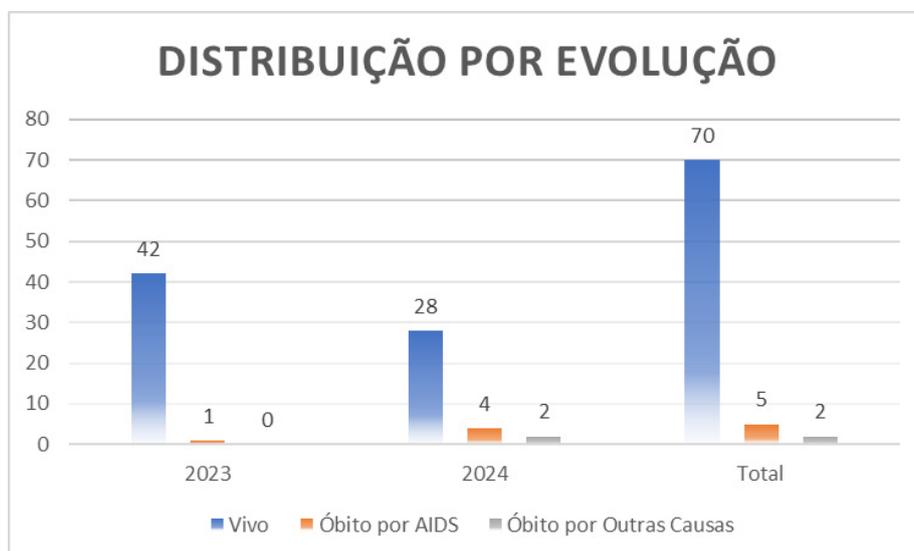
A discussão sobre o comportamento sexual e as relações afetivas de pessoas com HIV tem se aprofundado com o avanço no entendimento da transmissão do vírus e a eficácia do tratamento antirretroviral (TAR) (MGBAKO et al., 2019). Ao atingir a supressão viral por meio do TAR, indivíduos com HIV podem ter uma vida sexual ativa sem o risco de transmitir o vírus aos parceiros, uma vez que a carga viral indetectável é considerada intransmissível (U=U: Undetectable = Untransmittable). Esse avanço traz importantes implicações psicossociais, reduzindo o estigma associado ao HIV e promovendo maior qualidade de vida e bem-estar emocional aos indivíduos soropositivos (DOURADO et al., 2020). Contudo, ainda existem barreiras relacionadas à adesão ao tratamento e ao acesso à informação, especialmente em regiões com desigualdades socioeconômicas e limitações no sistema de saúde. Além disso, as relações de pessoas com HIV continuam a enfrentar desafios relacionados ao preconceito e à discriminação, fatores que afetam a abertura para diálogo e a formação de vínculos afetivos saudáveis (BORGES et al., 2019).

O estudo conduzido por Nevendorff et al (2023) enfatiza que o aumento dos casos entre heterossexuais faz-se acompanhar de uma expressiva inserção das mulheres no quadro epidemiológico, constatado na redução da razão por sexo, entre todas as categorias de exposição. Os mesmos autores abordam ainda que entre o(a) s heterossexuais observa-se discreta predominância de indivíduos do sexo masculino, devendo-se contemplar a hipótese de que muitos homens que fazem sexo com homens, dentro dos padrões culturais definidos pela sociedade brasileira, não se identificam como homossexuais e nem bissexuais.

Barreiras de Acesso a Cuidados de Saúde Enfrentadas Pelos Pacientes com HIV

Finalmente, a análise da evolução dos casos revela que a maioria dos indivíduos diagnosticados permanece viva, com uma pequena fração de óbitos atribuídos à AIDS ou a outras causas. Esses dados destacam tanto o impacto das intervenções de saúde como a importância de estratégias contínuas de acompanhamento e suporte aos diagnosticados, analisando também espécies de barreiras enfrentadas por estes pacientes.

Figura 4- Gráfico mostrando a relação da evolução dos pacientes HIV positivos nos anos 2023-2024.



A maioria dos pacientes que recebem diagnóstico e tratamento adequado consegue manter uma qualidade de vida satisfatória, o que evidencia a eficácia das terapias antirretrovirais e das políticas de saúde implementadas ao longo dos anos. No entanto, a persistência de uma pequena fração de óbitos atribuídos à AIDS ou a outras causas ressalta a necessidade de um acompanhamento contínuo e de suporte integral aos pacientes. Isso inclui não apenas o tratamento médico, mas também o suporte psicológico e social, que são fundamentais para a adesão ao tratamento e para a melhoria da qualidade de vida. (BRASIL. 2023)

Além disso, é crucial considerar as barreiras que esses pacientes enfrentam, que podem incluir estigmas sociais, falta de acesso a serviços de saúde, e dificuldades econômicas. Essas barreiras podem impactar negativamente a adesão ao tratamento e, conseqüentemente, a saúde geral dos indivíduos (UNAIDS. 2022). Segundo Tavares et al (2024) estratégias que abordem essas questões são essenciais para garantir que todos os diagnosticados tenham acesso a cuidados adequados e contínuos, como a implementação de programas de educação, conscientização e suporte comunitário pode ser uma abordagem eficaz para superar essas barreiras, promovendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional e social dos pacientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As limitações deste estudo incluem a restrição geográfica, uma vez que a pesquisa foi realizada exclusivamente na cidade de Teresópolis, o que pode comprometer a generalização dos resultados para outras regiões com diferentes contextos socioeconômicos e culturais. A dependência de dados secundários e a subnotificação por parte da maioria das unidades de saúde limitaram a construção de um banco de dados mais completo, dificultando a análise de mudanças ao longo do tempo nas condições de vida e na incidência do HIV. Essa situação impede uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de vulnerabilidade.

Além disso, a complexidade das interações entre fatores sociais, econômicos e de saúde pode não ter sido totalmente capturada, sugerindo a necessidade de estudos futuros que adotem abordagens mais abrangentes e multidisciplinares para entender melhor as nuances da vulnerabilidade ao HIV.

A investigação do perfil sociodemográfico da população jovem com HIV em situação de vulnerabilidade social em Teresópolis evidencia a complexa interação entre determinantes sociais, econômicos e de saúde que contribuem para a maior incidência do vírus. Os resultados demonstram que, apesar do conhecimento sobre as formas de transmissão do HIV, muitos indivíduos permanecem expostos a comportamentos de risco, influenciados por fatores como a precariedade no acesso a serviços de saúde, estigmas sociais e condições de vida adversas. Essa realidade ressalta a urgência de implementar intervenções educativas que abordem as especificidades culturais e sociais dessa população, promovendo práticas de prevenção, como o uso de preservativos e a redução do consumo de substâncias psicoativas.

Ademais, o estudo sublinha a necessidade de uma abordagem integrada que articule políticas de saúde pública com ações sociais, visando não apenas a prevenção do HIV, mas também a promoção de um ambiente de suporte e inclusão. A criação de redes de apoio que envolvam a comunidade, familiares e instituições é fundamental para oferecer suporte emocional e prático, facilitando a reintegração social e mitigando a marginalização.

Em suma, este trabalho não apenas contribui para o entendimento das dinâmicas que cercam a população com HIV, mas também serve como um apelo à ação para profissionais de saúde e formuladores de políticas, enfatizando a importância de estratégias que abordem as desigualdades sociais e promovam a saúde e o bem-estar de todos os indivíduos afetados.

REFERÊNCIAS

- PEREIRA, Allana Lopes et al. **Impacto da escolaridade na transmissão do HIV e da sífilis**. 2022. Disponível em: <https://www.revista.fcmng.br/index.php/RICM/article/view/139/134>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- ANDRADE, Renata Cristina Moser; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de; MAZZA, Taise Thaisa Santana et al. **Avaliação dos fatores de risco e perfil epidemiológico da tuberculose em pacientes atendidos em um hospital de referência no Paraná**. *Revista da Escola de Saúde Pública do Paraná*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/513>. Acesso em: 14 nov. 2024.
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO DE HIV/AIDS 2019**. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Vigilância em Saúde |<https://antigo.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/boletim-epidemiologico-de-hivaids-2019>. [S.l.: s.n.], Dezembro 2019.
- BORGES, P. S., Silva, M. L., & Lima, R. P. (2019). Barreiras psicossociais e o estigma do HIV: Impacto nas relações afetivo-sexuais. *Revista Brasileira de Psicologia*, 13(2), 104-115.
- BRANCHINI, M. A. et al. Determinantes sociais do HIV/AIDS no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, p. 1-12, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS. 2019**.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV-AIDS 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-da-populacao-lgbt/protocolos-e-diretrizes/hiv/adultos>. Acesso em: 13 nov. 2024
- COSTA, L. F. et al. Estigma e discriminação no contexto da HIV/AIDS: desafios para a saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p. e00123419, 2020.
- DE JESUS VERAS, Samara Maria et al. Perfil dos usuários dos serviços de testagem e assistência à pessoa vivendo com o HIV: Identificando vulnerabilidades para promover saúde. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 1636-1649, 2020.
- DOURADO, I., Magno, L., Soares, F., & Bastos, F. (2020). Avanços e desafios da terapia antirretroviral: Implicações para qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00123419.
- ELLWANGER, Maurício Pratzel et al. TENDÊNCIA TEMPORAL DA INCIDÊNCIA E MORTALIDADE POR HIV/AIDS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2009 A 2019. *Anais New Science Publishers| Editora Impacto*, 2024.
- FONSECA, T. R. et al. Habitação e saúde: a influência das condições de moradia na vulnerabilidade ao HIV. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 24, e210037, 2021.
- GARCIA, A. C. et al. The impact of socioeconomic factors on HIV treatment adherence: A systematic review. *BMC Infectious Diseases*, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2022. DOI: 10.1186/s12879-022-07456-5.
- GOMES, A. L.; LIMA, R. S. Imunologia do HIV: avanços e desafios. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 45, n. 2, p. 123-130, 2019.
- GOVENDER, K., et al. Social determinants of health and HIV: A review of the literature. *AIDS Research and Therapy*, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2021. DOI: <10.1186/s12981-021-00325-5>.
- GUIMARÃES, M. D. C., KENDALL, C., MAGNO, L., ROCHA, G. M., KNAUTH, D. R., & LEAL, A. F. (2018). Comparing HIV risk-related behaviors between 2 RDS national samples of MSM in Brazil, 2009 and 2016. *Medicine (Baltimore)*, 97(1S), S62- S68. <https://doi.org/10.1097/MD.0000000000009079>

HEALTH AND HUMAN RIGHTS. **Determinantes Sociais da Saúde: uma perspectiva de direitos humanos.** 2013.

KALICHMAN, S. C. et al. Stigma, social support, and health-related quality of life among people living with HIV/AIDS. *AIDS Care*, v. 34, n. 1, p. 1-8, 2022. DOI: 10.1080/09540121.2021.1971234.

MARTINS, E. P.; ALMEIDA, J. C. Abordagens integradas para o combate ao HIV: uma análise socioeconômica. *Revista de Políticas Públicas*, v. 17, p. 45-60, 2023.

MEDEIROS, M. S., DUARTE, B. A., RODRIGUES, N. S. M., & LACERDA, M. C. Análise Da bioimpedância e alterações metabólicas em pacientes vivendo com HIV em clínica Escola DE medicina. *The Brazilian Journal of Infectious Diseases: An Official Publication of the Brazilian Society of Infectious Diseases*, 27(102975), 102975. (2023). <https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.102975>

MGBAKO, O.; PARK, S. H.; CALLANDER, D.; et al. Transactional sex, condomless anal sex, and HIV risk among men who have sex with men. *International Journal of STD & AIDS*, v. 30, n. 8, p. 795-801, 2019. DOI: 10.1177/0956462418823411.

NEVENDORFF, L.; SCHROEDER, S. E.; PEDRANA, A.; BOURNE, A.; STOOVÉ, M. Prevalence of sexualized drug use and risk of HIV among sexually active MSM in East and South Asian countries: systematic review and meta-analysis. *Journal of the International AIDS Society*, v. 26, n. 1, e26054, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jia2.26054>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PARKER, Richard; EASTON, David. Urbanization and HIV: A global perspective. *AIDS and Behavior*, v. 23, n. 1, p. 1-3, 2019. DOI: <10.1007/s10461-018-2270-0>.

ROCHA, G. M., KERR, L. R. F. S., BRITO, A. M., DOURADO, I., & GUIMARÃES, M. D. C. (2013). Unprotected receptive anal intercourse among men who have sex with men in Brazil. *AIDS and Behavior*, 17(4), 1288-1295. <https://doi.org/10.1007/s10461-012-0398-4>

RODRIGUES, Izabella Costa Brandão; LACERDA, Marcus Vinícius Guimarães de; PINHEIRO, Diogo Henrique Guerra; LOPES, Daniel de Melo; SOARES, Thiago Ferreira; CARVALHO, Ericka Maria Cristina Andrade; MORAES, Lucas Willames Aguiar Alves de. Seroprevalence of rickettsial infections in individuals from the state of Pará, Northern Brazil. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 54, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/zBSKHBDyfvfz7cLQp7fsSBg/?format=html>. Acesso em: 14 nov. 2024.

ROSÁ RIO R, DOURADO I, PEREIRA M, DEZANET L, GRECO D, GRANGEIRO A, ET AL. Fatores associados ao sexo anal sem preservativo entre adolescentes homens que fazem sexo com homens e mulheres trans em três capitais brasileiras: estudo PrEP1519. *Rev Saude Publica*. 2024;58 Supl1:8s. <http://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054005462>

SANTOS, M. A.; OLIVEIRA, P. R. Racismo estrutural e HIV: uma análise da vulnerabilidade social no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 1, p. 89-104, 2021.

SAÚDE, M. da. **Dados da AIDS no Brasil.** 2021. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SHARMA, Manish, et al. The role of urbanization in the HIV epidemic: A systematic review. *BMC Public Health*, v. 15, p. 1-10, 2015. DOI: <10.1186/s12889-015-1740-0>.

SILVA, A. C. R.; BIGARAN, L. T.; FEDOCCI, E. M. M. Implicações do diagnóstico tardio da infecção por HIV/AIDS. *Research, Society and Development Journal*, v. 11, n. 5, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i5.27850.

SILVA, F. J.; MENDONÇA, R. V. Impacto das condições socioeconômicas na prevalência de HIV entre jovens. *Revista de Estudos Sociais*, v. 35, p. 78-95, 2022.

SILVA, L. M. et al. Fatores de risco e vulnerabilidade social no contexto da HIV/AIDS. *Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 200-210, 2020.

SOARES, J. P. et al. Educação e prevenção do HIV: desafios e estratégias eficazes. **Educação em Revista**, v. 33, e170126, 2017.

TAVARES, M. de P. M.; SOUZA, R. F. de; TAVARES, A. de P. M.; VILELA, M. F. De C.; DE SOUZA, V. F.; FONTANA, A. P.; MACHADO, L. C. de S. Perfil epidemiológico da AIDS e infecção por HIV no Brasil: Revisão bibliográfica / Epidemiological profile of AIDS and HIV infection in Brazil: Bibliographical review. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 786–790, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n1-068. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22883>. Acesso em: 14 nov. 2024

UNAIDS. *Global AIDS Update 2022: In Danger*. Geneva: **UNAIDS**, 2022. Disponível em: <https://www.unaids.org/en/resources/documents/2022/global-aids-update>. Acesso em: 13 nov. 2024

UNAIDS. **Relatório Global sobre a Epidemia de HIV/AIDS**. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **HIV and urbanization: A global perspective**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/hiv-and-urbanization>. Acesso em: [13 nov. de 2024].